

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO
MEIO AMBIENTE**

HYDER MARCELO ARAÚJO LIMA

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

**VOLTA REDONDA – RJ
2013**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO
MEIO AMBIENTE**

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Volta Redonda (UniFoa) – Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Mestrando: Hyder Marcelo Araujo Lima

Orientador: Prof. Dr. André Resende de Senna.

**VOLTA REDONDA- RJ
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

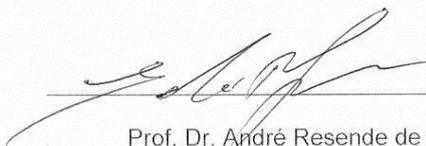
Aluno: Hyder Marcelo Araújo Lima

A CONTABILIDADE AMBIENTAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

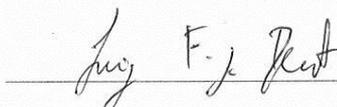
Orientador:

Prof. Dr. André Resende de Senna

Banca Examinadora



Prof. Dr. André Resende de Senna



Prof. Dr. Luiz Fernando Jardim Bento



Prof. Dr. Ronaldo Figueiró Portella Pereira

DEDICATÓRIA

À Deus com toda certeza de que se faz presente em minha vida, me dando infinita sabedoria e força para vencer as adversidades e os momentos difíceis em minha jornada e que me permitiu que nunca desviasse de meu objetivo. Aos meus familiares por ser a razão de luta por meus ideais.

AGRADECIMENTOS

Registro meus agradecimentos a todas aquelas pessoas que participaram de alguma forma na concretização deste sonho:

À Deus pelo dom da vida e pela fé para que eu pudesse concluir esta jornada.

À minha mãe, Maria Irene, por ter me apoiado incondicionalmente, oferecendo carinho e auxílio.

Ao meu pai Gervásio, pelo exemplo de vida.

Ao Professor Doutor André Resende de Senna – orientador do qual, além de toda a contribuição técnica, brindou-me com apoio, paciência, confiança e doses de compreensão, desde as primeiras discussões sobre o projeto desta dissertação.

Aos professores da Banca Avaliadora, pelas valiosas contribuições, que certamente enriqueceu esta dissertação.

A todos que de certa forma, contribuíram para a realização deste objetivo. Muito Obrigado!

RESUMO

Levando-se em conta a representação das transações de natureza ambiental, torna-se imprescindível o estudo da Contabilidade Ambiental, onde o impacto na situação econômico-financeira das empresas é bem expressivo. A tomada de decisões, assim como a avaliação de desempenho, avaliará os eventos econômico-financeiros, e os fatores de preservação ambiental, contribuindo para um desenvolvimento econômico sustentável. O objetivo deste estudo foi apresentar a Contabilidade Ambiental como ferramenta didática para os alunos do segundo ano do Curso Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. A metodologia utilizada foi de caráter transversal, observacional, quantitativo. Foi elaborado um questionário auto-aplicável visando avaliar o conhecimento prévio dos alunos sobre a temática da Contabilidade Ambiental. Os resultados demonstraram uma preocupação sobre o conhecimento dos alunos no que se refere as questões ambientais. Isso reforçou o pré-suposto que é necessário construir uma ementa na disciplina de Contabilidade Ambiental, em função das exigências do mercado e das novas tendências econômicas e ambientais. Acredita-se, que por meio da construção de conhecimento os alunos tenham atitudes críticas e conscientes de que as empresas podem oferecer serviços sustentáveis, na busca contínua de auto desenvolvimento para responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Contabilidade; meio ambiente; desenvolvimento.

ABSTRACT

Taking into account the representation of environmental transactions, it is essential to study the Environmental Accounting, where the impact on the economic and financial situation of the companies is very expressive. Decision making, as well as performance evaluation will assess the economic and financial events, and factors of environmental preservation, contributing to sustainable economic development. The aim of this study was to present the Environmental Accounting as a teaching tool for students of the second year of the course Bachelor of Science in Accounting from the University Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA . The methodology used was a cross-sectional, observational, quantitative. We designed a self-administered questionnaire to assess the students' prior knowledge on the topic of Environmental Accounting. The results demonstrated a concern about students' knowledge regarding environmental issues. This reinforced the pre - supposed that it is necessary to build a menu in the discipline of Environmental Accounting , depending on market requirements and new environmental and economic trends . It is believed that through the construction of knowledge students have critical attitudes and aware that companies can provide sustainable services, the search continues for self development to environmental responsibility.

Keywords: Accounting, environment, and development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 Aspectos da Contabilidade.....	15
2.2. Contabilidade Ambiental.....	16
2.3 Desenvolvimento Sustentável e Empresa Responsável.....	21
2.3.1 Ecoeficiência.....	26
2.3.2 O Balaço Social.....	28
2.3.3 Impactos Ambientais.....	28
2.4 Ativo, Passivo, Despesas, Custos, Perdas e Lucros Ambientais.....	32
2.4.1 Ativo Ambiental.....	32
2.4.2 Passivo Ambiental.....	35
2.4.3 Receitas Ambientais.....	37
2.4.4 Despesas e Custos Ambientais.....	38
2.4.5 Perdas Ambientais.....	42
2.4.6 Lucros Ambientais.....	42
2.4.7 Planos de Conta.....	43
3. METODOLOGIA UTILIZADA	49
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
4.1Produtos.....	59
5. CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	67
APÊNDICES	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1a.	Alunos participantes da pesquisa.....	60
Figura 1b.	Alunos participantes da pesquisa.....	60
Figura 1c.	Alunos participantes da pesquisa.....	61
Figura 1d.	Alunos participantes da pesquisa.....	61
Figura 2.	Quadro motivacional para uma melhor conscientização ambiental, feito pelos alunos participantes.....	62
Figura 3.	Criação de bolo com motivação apresentando as empresas selecionadas com boas praticas sustentáveis.....	63
Figura 4.	Banca Avaliadora de boas práticas sustentáveis.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento.....	29
Tabela 2.	Respostas referentes questionário aplicado para os alunos....	54
Tabela 3.	Respostas sobre a importância do contador na questão ambiental.....	56

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1.	A Resolução nº 001, de 1986.....	73
Anexo 2a.	Certificado de Apresentação para Avaliação Ética (CAAE)...	74
Anexo 2b.	Certificado de Apresentação para Avaliação Ética (CAAE).....	77

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1.	Questionário para dissertação de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e Meio Ambiente do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.....	79
Apêndice 2.	Plano de Ensino.....	84

1. INTRODUÇÃO

Diante do progresso e dos avanços tecnológicos, grande parte das organizações deixaram de lado os fatores ambientais e as alterações climáticas provocadas pela produção desenfreada. Muitas até mesmo utilizaram os recursos naturais de forma insustentável.

No intuito de identificar e registrar os eventos ambientais surge a contabilidade ambiental, esta por sua vez, aliada ao desenvolvimento sustentável, que consiste na capacidade de suprir as necessidades das gerações atuais sem interferir no desenvolvimento das gerações futuras.

Para Marion (1998), a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. A preocupação com a preservação e a responsabilidade ambiental adquire novas oportunidades no mercado e, a fim de se tornarem transparentes diante da sociedade muitas empresas utilizam os relatórios ambientais, sendo estes facilitadores no acesso a informações mais consistentes, ajudando os gestores na tomada de decisões, fator este imprescindível para o sucesso de uma organização.

De acordo com Albuquerque (2009), a contabilidade ambiental define-se como sendo a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processando a geração de informações que subsidiem o usuário, e servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões.

A priori, a contabilidade ambiental tem o papel de relatar aos seus usuários a preocupação com o meio ambiente, além de contribuir com produtos mais sustentáveis, observando o cuidado com a natureza, facilitando decisões que minimizem os danos causados pela produção.

A motivação para o desenvolvimento deste estudo, foi devido ao fato de atuar a oito anos no Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA, como docente do curso de Ciências Contábeis, além de fazer parte do Núcleo de

Práticas Contábeis – NPC, criado no intuito da prática profissional, com 05 anos de experiências em ações de práticas de aprendizagem e responsabilidade social, como orçamento familiar, para uma melhor adequação financeira das pessoas e uma melhor produtividade nas empresas, Imposto de Renda, com orientações e execuções, acredito a contabilidade ambiental fazer parte deste contexto com mais uma contribuição não só para o ensino-aprendizagem como também para a prática de responsabilidade social.

Em, se tratando de uma disciplina nova, estará em constante aprimoramento e evolução de acordo com as perspectivas do mercado de trabalho, portanto, o objetivo geral desse estudo foi apresentar a Contabilidade Ambiental como procedimento acadêmico dinâmico no ensino superior, para os alunos do segundo ano do Curso de Ciências Contábeis do UniFOA, visando contribuir com o ensino, de forma a gerar um fator diferencial pra a pratica profissional.

E como objetivos específicos determinou-se:

- Avaliar o interesse do discente do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis com o tema Contabilidade Ambiental, por meio de questionário, tendo em vista a evidência do assunto na atualidade, tanto para a sociedade quanto para as empresas;
- Construir conhecimentos de Contabilidade Ambiental, visando colocar a disposição do aluno um instrumental básico de análise que o auxilie na leitura dos demonstrativos financeiros ambientais das instituições de modo em geral.

Pretende-se contribuir com conhecimentos práticos e teóricos, para os alunos do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do UniFOA, futuros profissionais, oferecendo por meio da construção de uma ementa, e uma apostila de Contabilidade Social e Ambiental, subsídios para que os alunos possam ter atitudes críticas em relação ao conhecimento, por meio de conscientização de que as empresa ofereçam produtos e serviços altamente sustentáveis, não agredindo o meio ambiente, na procura incessante do lucro a qualquer custo, alem da busca

continua de auto desenvolvimento com viés para responsabilidade social e ambiental.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos da contabilidade

A contabilidade, como uma das ciências mais antigas do mundo, surgiu com o objetivo de fornecer informações aos usuários internos e externos da empresa, no que tange a sua natureza econômica e financeira. Ribeiro (2010) aponta que com a história e até mesmo com os registros encontrados, a contabilidade surgiu juntamente com a civilização, evoluiu e jamais deixará de existir em razão de sua importância.

De acordo com Sá (2002) desde que o homem se preocupou com o amanhã, preocupou-se, também, em fazer contas, mas, em verdade, nem sempre soube, racionalmente, o que fazer com as informações que guardou, e a contabilidade esta representada na ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais.

Costa (2012) evidencia que a origem da contabilidade apresenta-se juntamente com a enorme necessidade de registro do comércio, que na época era realizado através de simples relatórios sobre os fatos contábeis. O Homem quanto mais adquiria bens, maior era sua preocupação em saber o quanto poderia render e aumentar as suas posses.

O objeto da contabilidade, por sua vez, é o patrimônio das empresas. Patrimônio este representado por um conjunto de bens, de direitos e obrigações. Costa (2012) salienta que o consagrado objeto desta ciência, ou seja, a riqueza das células sociais passou, instintivamente, por uma ampliação indagativa.

Sá (2002) aponta que no século XXI, muitas são as responsabilidades do profissional contábil, devido a fatores como globalização, inovações tecnológicas e frequentes mudanças ocorridas na classe. A História da Contabilidade, portanto,

encontra suas bases nas mais remotas idades, mas sua dignidade científica só ocorreu quando as demais disciplinas também encontraram tal caminho

De acordo com Ribeiro (2010), a contabilidade possui quatro dimensões:

- I. Jurídica: que considera a distinção entre os interesses dos proprietários e da empresa em si;
- II. Econômica: que analisa o aspecto patrimonial da entidade;
- III. Organizacional: que examina a atuação dos gestores responsáveis pelo controle dos recursos possuídos pela entidade;
- IV. Social: que valora os benefícios para a sociedade.

Um grande diferencial para as empresas atualmente, está no seu compromisso com a sociedade, tendo em vista, os recursos produtivos serem praticamente trabalhados de forma idêntica, gerando assim, até mesmo um fator de competitividade num mercado cada vez mais acirrado.

2.2. Contabilidade Ambiental

No que tange à contabilidade ambiental, Ferreira (2006) esclarece que ser relevante abordar a contabilidade como o registro do patrimônio das empresas, por meio dos bens, direitos e obrigações, sendo a contabilidade ambiental, inerente ao registro deste patrimônio. Ressalta-se porém, que as obrigações são direcionadas para a empresa e para a preservação do meio ambiente, sendo de grande valia na tomada de decisões empresariais.

Costa (2012) ressalta que a contabilidade do meio ambiente tem crescido de importância para as empresas em geral porque a disponibilidade e/ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto do debate econômico, político e social em todo o mundo.

Os incidentes ambientais futuros serão menores à medida que as empresas corram menos risco financeiro, e a contabilidade através de sua técnica, é capaz de gerar relatórios decisivos para a tomada de decisões. Uma empresa que necessite de captação de recursos, também pode conseguir menores taxas de juros já que o seu risco é bem menor.

No século XX, a partir dos anos 70, a preocupação com o meio ambiente tornou-se mais característica, sendo visto com olhos mais atentos da sociedade, sendo os problemas cada vez mais agravados e o que antes era considerado responsabilidade localizada, hoje deve ser encarado como responsabilidade globalizada.

Costa (2012) preconiza que a contabilidade ambiental surgiu em 1970, quando as empresas passaram a dar um pouco mais de atenção aos problemas do meio ambiente. O autor acrescenta que a contabilidade ambiental é a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto, ou serviço, pode trazer ao meio ambiente.

Queiroz (2000) afirma que a Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas as informações que relatem adequadamente, em termos econômicos, as ações ambientais de uma entidade que modifiquem seu patrimônio. Esse conjunto de informações não é outra contabilidade, mas uma especialização.

Ressalta-se, que o conjunto de ações planejadas a cerca de desenvolvimento de um determinado projeto, deve-se levar em consideração os fatores não só econômicos, mas os fatores ecológicos. Sendo assim, a preocupação com o meio ambiente deve estar evidenciada neste conjunto de ações.

Pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental, bens, direitos e obrigações ambientais das entidades. Seu objetivo é fornecer aos seus usuários, internos e externos, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação (COSTA, 2012).

Percebe-se que as organizações cada vez mais buscam informações a respeito das questões ambientais, e é notório o crescimento da contabilidade neste ramo, pois as questões ambientais hoje geram interesse por parte da população cada vez maior, até mesmo pelos fenômenos ambientais atuais. Daí surge à contabilidade ambiental que busca cada vez mais soluções sustentáveis, garantido as empresas, lucros, porém lucros estes que não podem ser maléficos para o meio ambiente.

Para Albuquerque (2009), a contabilidade ambiental é um ramo de conhecimento recente que busca inserir a contabilidade dentro do âmbito da gestão de empresas preocupada com a questão ambiental. Entender a contabilidade ambiental é entender o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade, e suas respectivas mutações, expressos monetariamente.

No ano de 1998, a contabilidade ambiental ganhou status perante o meio empresarial, quando foi concluído o relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais pelo grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e relatórios (*ISAR-United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*).

Com o objetivo de fornecer aos usuários internos e externos, informações sobre os acontecimentos ambientais que podem causar modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação, a contabilidade ambiental foi se aprimorando para atingir finalidades específicas.

Para Albuquerque (2009) trata-se de aspectos relevantes:

- I.A medição de danos ambientais;
- II.A estimação do impacto da adoção de ações voltadas para a sustentabilidade ambiental do negócio sobre a rentabilidade a observância da legislação relativa ao meio ambiente e redução de multas e encargos;

III.A identificação de métodos e procedimentos para o controle das operações que diminuam a emissão de resíduos;

IV.A geração de informações para a tomada de decisões e do planejamento.

Com base nesses aspectos, a contabilidade ambiental pode se tornar uma ferramenta de diagnóstico e de grande importância na identificação de custos, despesas operacionais, passivos ambientais e suas formas de mensuração e possíveis receitas ambientais correlacionadas à atividade da empresa. Segundo Albuquerque (2009), qualquer abordagem adotada para ressaltar os elementos contábeis que estejam ligados a eventos que ocorram no âmbito interno que possam gerar impactos sobre o meio ambiente deve ser compatível com a estrutura organizacional.

Com base nas citações de autores como Ferreira (2006) e Albuquerque (2009); pode-se dizer que o contador deverá através de sua técnica, auxiliar os gestores para que em conjunto consigam alavancar as organizações para uma tomada de decisões eficiente e eficaz, de modo que as análises possam diminuir riscos futuros causando assim, uma maior segurança para a gestão.

Neste contexto, a contabilidade ambiental tem condições de identificar estes riscos e ainda orientar no que se refere aos investimentos e aplicabilidade destes pelas organizações, para que o lucro venha de forma satisfatória, não prejudicando o meio ambiente.

A interação da empresa com o meio ambiente deve constar de questionamentos, como: Se na empresa ocorre um incidente ambiental, o que esta está fazendo para evitá-lo? Quais as consequências, se por ventura, existir algum imprevisto natural, ou mesmo, uma falha na sua execução? A organização está preparada financeiramente, se vier a pagar uma multa referente a um prejuízo ambiental, através de um planejamento para a retenção de seus recursos financeiros? Quais as consequências para a sociedade, ocorrendo um dano ambiental?

Albuquerque (2009) aponta que o interesse empresarial nas questões ambientais acontece como fator diferencial, e destaca as principais importâncias: maior satisfação dos clientes; melhoria da imagem da empresa; conquista de novos mercados; redução de custos; melhoria do desempenho da empresa; redução de riscos; maior permanência dos produtos no mercado; maior facilidade na obtenção de financiamentos; maior facilidade na obtenção de certificação; melhoria da imagem da organização.

Costa (2012) relata sobre as organizações mais empreendedoras, onde uma resposta de pro atividade perante a questão ambiental fortalece as organizações e sua posição competitiva, como:

- evitando os custos de multas, despoluição e processos judiciais;
- reduzindo a quantidade de material utilizado;
- reduzindo o nível de consumo e os custos de energia;
- reduzindo os custos de manuseio e descarte de resíduos;
- criando novas oportunidades de venda a novos clientes ais sensíveis à questão ambiental;
- mantendo os nichos de mercado compostos de clientes antigos que desejam produtos favoráveis ao meio ambiente;
- criando novos produtos e serviços para novas oportunidades de mercado;
- obtendo maior credibilidade em bancos e outras instituições financeiras;
- mantendo a elegibilidade para seguros menos dispendiosos;
- reduzindo os riscos de grandes desastres ambientais;
- desenvolvendo e adquirindo tecnologia nova;
- melhorando a imagem pública da empresa.

2.3 Desenvolvimento Sustentável e Empresa Responsável

O desenvolvimento sustentável é aquele que se torna capaz de suprir as necessidades da geração atual, não comprometendo as necessidades de gerações futuras, sugerindo uma ideia qualitativa e quantitativa. Sendo assim, implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras. Implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destrua o acesso a eles pelas gerações futuras (FERREIRA, 2006).

A inserção do conceito de sustentabilidade requer a inserção também do capital humano na forma de conhecimentos, a competência profissional, experiência e habilidade.

De acordo com Vellani (2011), as firmas podem investir na proteção do meio ambiente, por meio de programas como tratamento de efluentes, reaproveitamento de água, reciclagem, separamento e tratamento de sucata, melhorias ambientais no processo produtivo, educação ambiental dentre outros. O autor disserta ainda que usar os recursos naturais de forma sustentável e efetuar investimentos na proteção dos ecossistemas pode reduzir riscos ambientais, e a empresa honrar seus compromissos.

Outro aspecto relevante citado por Vellani (2011), é que muitas vezes a manutenção de ações ecológicas e sociais empresariais não gera benefícios econômico-financeiros para a empresa e mesmo assim não são abandonados, pois podem servir para atender à legislação ambiental.

Salienta-se que o desenvolvimento sustentável está em constante ação para a tomada de decisões nas empresas, uma vez que, sejam por exigências legais, contratuais, oportunidades de redução de custos, incremento de receitas e melhora na imagem corporativa, hoje são fundamentais para o sucesso organizacional (VELLANI, 2011).

Costa (2012) esclarece seis aspectos prioritários do desenvolvimento sustentável, que devem ser encarados como metas:

- a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer etc.);
- a solidariedade para com as gerações futuras (preservar o meio ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
- a participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
- a preservação dos recursos naturais (água, oxigênio etc.);
- a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios);
- a efetivação dos programas educativos.

Merino (2000) diz que, por razões lógicas de sobrevivência, não se pode deixar de falar de ecologia quando se discute economia. Martins e De Luca (1994), esclarecem que as informações de caráter ambiental a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas em manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

Teixeira (2000) esclarece que há uma tendência das empresas em abrir para a comunidade uma grande quantidade de dados sobre sua política ambiental, seus programas de gerenciamento ambiental e o impacto de seu desempenho ambiental em seu desempenho econômico e financeiro. O autor esclarece ainda que seja necessário que a organização conduza de forma mais

eficaz o seu papel enquanto empresa responsável, que avalie não somente seus aspectos econômicos e mercadológicos, como também os aspectos sociais e ambientais.

Ribeiro (2010), diz que em síntese, desenvolvimento sustentável corresponde à satisfação das necessidades sociais, sem o prejuízo das gerações futuras, e acrescenta que, com o acesso rápido às informações pela maior parte da população, como acesso a internet, a sociedade cobra às empresas que possam se tornar geradoras de riscos ambientais, seja por uma irresponsabilidade por parte do gestor, ou mesmo um desastre que possa acontecer e prejudicar futuramente o meio em que se vive. Não é mais aceitável o lucro a qualquer preço.

Ribeiro (2010), ainda menciona que a redução das agressões passa a ser considerada uma forma de eliminar custos para a empresa. Salienta ainda que, minimizar a produção de resíduos, em qualquer processo produtivo, implica, além de danificar menos o meio ambiente, utilizar melhor o potencial das matérias-primas, evitar penalidades da legislação ambiental, diminuir o risco de indenizações por danos a terceiros, e preservar sua imagem na sociedade, principalmente perante clientes interessados no controle e na preservação ambiental.

O autor esclarece que um dos avanços da tecnologia, motivo de várias discussões, é a reciclagem, em que materiais já usados ou resíduos da produção são reprocessados para o novo aproveitamento (por exemplo, papéis, plásticos, vidros e alumínio), entretanto, é importante ressaltar, que nem todos os materiais podem passar por este processo de reciclagem, e muitas das vezes o custo desta implementação também se torna elevado.

Albuquerque (2009) frisa que os negócios estão se voltando cada vez mais para as questões ambientais. O autor menciona ainda que são cinco os fatores que influenciam essa mudança de postura, sendo a necessidade de obediência às leis; a eficácia em custos; a opinião pública; a pressão dos movimentos ambientalistas e ainda o pensamento a longo prazo.

Assim, a preocupação com as gerações futuras hoje é muito mais discutida e a qualidade dos produtos e serviços tornam-se fatores fundamentais e preocupantes à medida em que possa ocorrer uma escassez destes produtos.

Ao longo do tempo o homem sempre utilizou os recursos naturais do planeta. Os recursos eram abundantes e a natureza aceitava os despejos de resíduos realizados. A questão ambiental é um dos assuntos que mais tem atraído a atenção das pessoas, pela valorização que se dá à qualidade de vida e pela percepção de que as consequências do descaso com o meio ambiente têm conduzido a situações críticas para a própria sobrevivência da humanidade em longo prazo (MOURA, 2002, p. 10).

Albuquerque (2009) aponta outro fator relevante, a visão com foco no equilíbrio e na responsabilidade social apregoando mais respeito ao consumidor. A questão da responsabilidade social dar-se-á em:

- satisfação dos consumidores (norteando as ações da empresa);
- satisfação dos empregados (valorização do capital humano);
- satisfação dos fornecedores (preços compatíveis nas partidas fornecidas);
- satisfação dos distribuidores (margens responsáveis de lucro); e;
- satisfação dos acionistas ou sócios proprietários.

Dentro deste contexto, a empresa passa a considerar que o desenvolvimento econômico e social se traduz no caminho para a sustentabilidade.

A ideia de uma conciliação entre os interesses econômicos, ecológicos e sociais ocupa papel chave no campo que recobre a noção do desenvolvimento sustentável no âmbito mundial. Prevalece a crença de que os conflitos entre os diferentes segmentos da sociedade possam ser resolvidos através da gestão do diálogo entre os atores, com a finalidade de se alcançar um consenso (ZHOURI, LASCHEFSKI, PAIVA, 2005, p. 2).

Tachizawa (2011) esclarece que a gestão ambiental e a responsabilidade social, tornam-se importantes instrumentos gerenciais para capacitação e criação

de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja seu segmento econômico.

A manutenção de mudanças ambientais desejáveis, ou seja, as que melhorem as condições do meio em que vivemos, pode ser realizada através da identificação e implementação de política ambiental fundamentada em mudanças ambientais desejáveis que geram ganhos ao meio ambiente (COSTA, 2012, p. 14).

Destaca-se que as práticas das ações ambientais voltadas para um desenvolvimento sustentável devem estar de acordo com a política ambiental estabelecida. Sendo assim, devem-se levar em consideração, os valores ou a cultura da empresa, assim como, o grupo de pessoas a que ela pertence. Uma política de conscientização ambiental deve envolver todos os participantes do processo, desde o funcionário da produção, quanto o administrativo, entre outros (VELLANI, 2011).

Costa (2012), explica sobre o problema que o desenvolvimento atual trouxe, gerando inúmeros desequilíbrios ambientais, apesar das melhorias trazidas à população. O autor destaca ainda, os aspectos em que o desenvolvimento sustentável atua que são:

- atender as necessidades fisiológicas da população;
- preservar o meio ambiente para as próximas gerações;
- conscientizar a população para que se trabalhe em conjunto;
- preservar os recursos naturais;
- criar um sistema social eficiente que não permite o mau envolvimento dos recursos naturais;
- criar programas de conhecimento e conscientização da real situação e de formas para melhorar o meio ambiente.

Segundo Costa (2012), as empresas devem apresentar em seus relatórios os avanços com relação às novas tecnologias, porém tecnologia estas que não

agradam o meio ambiente. Os resultados satisfatórios devem caminhar lado a lado com a preocupação ambiental, uma vez que este fator não pode mais ser deixado para segundo plano numa empresa que queira manter-se viva no mercado cada vez mais competitivo.

Adicionalmente, a companhia deve demonstrar que está avançada em termos de uso de tecnologias ambientalmente amigáveis ou em relação à utilização de processos produtivos sustentáveis poderá angariar benefícios adicionais, tais como um aumento no comprometimento dos funcionários, menos taxas e multas por danos ambientais, menores custos de produção e de disposição de resíduos, além de ter acesso a melhores oportunidades de negócios. Poderá inclusive explorar a vantagem competitiva de estar fornecendo bens e serviços ambientalmente adequados (COSTA, 2012, p. 15).

Cada vez mais, há um número maior de consumidores que são atraídos por produtos ecologicamente corretos. Neste aspecto, autores como Tachizawa (2011) e Costa (2012) apontam que a empresa que traz política ambiental responsável, cria uma imagem cada vez melhor perante seus consumidores.

2.3.1 Ecoeficiência

Torna-se importante definir desempenho econômico e ecológico, o qual se denomina ecoeficiência, onde os impactos negativos durante o processo de fabricação dos produtos e serviços são liberados através de resíduos.

Para Basf (2006), gerenciar a ecoeficiência consiste em analisar o ciclo de vida de produtos e os processos com o objetivo de avaliar seus desempenhos econômicos e ambientais. Saling (2002) converge para o conceito de Basf (2006) e pondera o impacto ambiental e os custos durante o ciclo de vida de uma linha de produtos para medir a ecoeficiência de portfólio de produtos.

Segundo Saling (2002), na emissão de resíduos identificam-se os emitidos para a atmosfera, os efluentes e os sólidos. Logo, analisa-se a toxicidade desses resíduos e dos produtos e serviços ofertados pela empresa. Por último, analisam-se os possíveis desastres ecológicos que podem vir a ocorrer e os processos de segurança para evitá-los

Outros autores, como Kadt (1997) e Helminen (2000) medem a ecoeficiência do sistema da empresa, avaliando o impacto perante as operações durante a operacionalização do processo de seus produtos e serviços, não sendo avaliado no decorrer de todo o ciclo de vida de um produto ou até mesmo de uma linha de produtos.

Para Burrit; Saka (2005), a ecoeficiência é uma medida que fornece informações monetárias junto com informações não monetárias para avaliar o desempenho ecológico concomitantemente ao desempenho econômico. Saches (1993) relata cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento, no qual propõe ações que visam à melhoria da qualidade de vida e a preservação ambiental (Tabela 1). As cinco dimensões propostas são sustentabilidade social; sustentabilidade econômica; sustentabilidade ecológica; sustentabilidade espacial/geográfica e sustentabilidade cultural.

Tabela 1. Dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento.

Sustentabilidade Social:	O desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais.
Sustentabilidade Econômica:	Alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado.
Sustentabilidade Ecológica:	Compreende o uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas compatível com sua mínima deterioração.
Sustentabilidade Espacial/ Geográfica:	Pressupõe evitar a excessiva concentração geográfica de populações, de atividades e do poder. Busca uma relação cidade/campo mais equilibrada.
Sustentabilidade Cultural:	Conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificações de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Saches (1993).

Costa (2012) afirma que o ecodesenvolvimento surge para dar uma resposta à necessidade de harmonizar os processos ambientais com os processos socioeconômicos, maximizando a produção dos ecossistemas para favorecer as necessidades humanas presentes e futuras.

Para uma perfeita harmonia dos processos ambientais e os processos socioeconômicos, não se deve pensar somente na questão da maximização dos lucros sem o envolvimento da ecoeficiência. Ribeiro (2010) aponta que, os lucros sim fazem parte de toda e qualquer empresa, sendo este o objetivo gerado pelas mesmas, até mesmo pela questão de sua sobrevivência, porém os lucros têm que ser conquistados com responsabilidade socioambiental. Dentro deste cenário torna-se primordial a valorização da espécie humana.

2.3.2 O Balanço Social

Vellani (2011) destaca que o balanço social não é uma demonstração obrigatória. Apesar disso, muitas empresas o publicam. O autor destaca ainda, que o modelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), traz sete itens para o Balanço Social que são: Base de cálculo; Indicadores sociais internos; Indicadores sociais externos; Indicadores ambientais; Indicadores de corpo funcional; Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial; outras informações.

Ainda de acordo com Vellani (2011) na Base de cálculo, os indicadores representam a receita líquida; resultado operacional e a folha de pagamento bruta; quanto aos indicadores internos são considerados os valores gastos com alimentação; previdência privada; saúde; educação; cultura; entre outros, já os indicadores externos representam o somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados; total de tributos pagos

2.3.3 Impactos Ambientais

Com relação aos impactos ambientais, Barbieri (2007) define como sendo qualquer mudança no ambiente natural e social decorrente de uma atividade ou de um empreendimento proposto.

Para Brasil (2013) a Resolução nº 001, de 1986, considera como impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do

meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde; a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

Ainda na Resolução 01/1986 pode-se entender as dimensões do que se propõe um Estudo de impacto Ambiental (EIA) e um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). No estudo, como o próprio nome intitula, envolve a classificação dos impactos, predição de efeitos, pesquisas de campo, análises laboratoriais, valoração monetária dos recursos ambientais, avaliação de alternativas, entre outros trabalhos. Já o Rima, que é o assunto em questão, está devidamente expresso de forma conclusiva a todos esse trabalhos, trazendo uma visão em termos de negócios, se estes são nocivos ou não ao meio ambiente e em que grau de complexibilidade pode ocorrer .

Ao contrário do que muitos podem observar o termo impacto ambiental comumente utilizado para designar pontos negativos, também pode ser utilizado para pontos positivos, como aos fatos que conferem sustentabilidade econômica, social e ambiental ao empreendimento ou atividade. A Resolução diz que o relatório deve conter alguns tópicos considerados obrigatórios para sua aceitação e divulgação (Anexo 1).

Vellani (2011) diz ser notável o número de empresas que utilizam esse tipo de relatório como fator diferencial, num mercado cada vez mais competitivo, tendo em vista que, clientes e consumidores são mais receptivos as empresas que se preocupam com a questão ambiental Para uma melhor análise dos dados das empresas é extremamente importante o uso destes relatórios.

Acredita-se que as empresas precisam se posicionar perante a questão ambiental, pois assim, podem obter vantagem competitiva por meio da percepção pública, economia de custos ou rendimentos adicionais além de diminuir seu risco financeiro futuro resultante de incidentes ambientais. Neste contexto, o fornecimento de informações ambientais, pode impulsionar o controle da

qualidade e estimular de uma forma geral as demais empresas. Através dos relatórios ambientais, na visão de Ribeiro (2010) é possível identificar alguns aspectos importantes como:

- esforços na otimização dos resultados conduzidos pelo gestor;
- falhas no processo de planejamento; nesse caso, poderiam ser atribuídas, por exemplo, ao superdimensionamento da abrangência e/ou natureza do problema ou à superavaliação da quantidade de insumos necessária;
- novas oportunidades a serem exploradas;
- investimentos realizados em tecnologias antipoluentes, de natureza permanente;
- matéria-prima específica consumida para proteger, preservar e recuperar o meio ambiente;
- horas de mão de obra consumida;
- horas - máquina;

Relatórios ambientais passam a ser uma grande vantagem para as empresas que os divulgam, porque asseguram aos seus usuários transparência no processo de comunicação, informações relevantes para as partes interessadas, credibilidade da comunicação assegurada por meio de uma condução ética e o fornecimento de informações fidedignas (RIBEIRO, 2010). O autor acrescenta que gerar informações ambientais, pode impulsionar o controle da qualidade e estimular de uma forma geral as demais empresas, assim como a sociedade, e com os relatórios ambientais é possível identificar alguns aspectos importantes como:

- esforços na otimização dos resultados conduzidos pelo gestor;
- falhas no processo de planejamento; nesse caso, poderiam ser atribuídas, por exemplo, ao superdimensionamento da abrangência e/ou natureza do problema ou à superavaliação da quantidade de insumos necessária;
- novas oportunidades a serem exploradas;

- investimentos realizados em tecnologias antipoluentes, de natureza permanente;
- matéria-prima específica consumida para proteger, preservar e recuperar o meio ambiente;
- horas de mão de obra consumida;
- horas - máquina;

Costa (2012) esclarece o papel da contabilidade na evidência de relatório de impactos ambientais e demonstra alguns exemplos da causa e consequências do impacto ambiental interno e externo.

Por exemplo, um vazamento numa indústria traria como consequência o impacto no rio, no ambiente e nas pessoas. Como um processo interno na empresa, para sua mensuração e valoração do processo de recuperação estariam inclusos: multa, obra de reservatório, paralisação do processo produtivo, pagamento dos funcionários, encargos sociais, contratos de entrega (prazo), imagem da empresa. Todos estes processos, por sua vez geraram valores para as empresas que devem ser considerados. O autor aponta ainda que no processo externo temos que levar em consideração três aspectos, que são o impacto gerado no rio, nas pessoas e dos pescadores, que fazem desta sua fonte de renda. Pelo processo externo, no rio, os valores a serem considerados com relação à mensuração e valoração do processo de recuperação seriam: recuperação e tratamento da água, recuperação da flora aquática e recuperação da vida aquática.

Com relação ao processo externo, nas pessoas, os valores corresponderiam ao levantamento das pessoas afetadas, tratamentos médicos e indenizações por invalidez temporária. Já no processo externo dos pescadores, os fatores a serem levantados seriam indenização por impedimento de trabalhar, indenizações salariais e indenizações por tempo parado.

Desta forma, Costa (2012), explica que o total geral do impacto ambiental causado pela indústria, é resultado do somatório dos quatro impactos, sendo subdivididos no processo interno e externo. Um vazamento numa indústria como

mencionado no exemplo, traz consequências não só para a empresa, que faz parte do processo interno, mas também para o rio que fora poluído, para as pessoas, que podem sofrer uma contaminação e para os pescadores que podem deixar de exercer suas atividades, sendo estes três últimos considerados fatores externos.

2.4 Ativo, Passivo, Despesas, Custos, Perdas e Lucros Ambientais

2.4.1 Ativo Ambiental

Entende-se por ativo nas empresas, todas as suas aplicações de recursos, ou seja, seu conjunto de bens e direitos, como por exemplo o caixa, suas aplicações, os investimentos, o imobilizado, entre outros, podendo ser tangível, que são aqueles que possuem existência física ou intangíveis, que são aqueles que não possuem existência física.

Ribeiro (2010), explica que as características dos ativos são:

- existência de benefícios futuros específicos ou serviços potenciais;
- os direitos devem ter valor para um indivíduo ou empresa específica;
- deve haver uma força legal para reivindicar os direitos e serviços, ou outras exigências de que o reconhecimento de benefícios futuros é provável;
- os benefícios econômicos devem resultar de transações ou eventos passados.

Os ativos ambientais podem ser compreendidos como o conjunto de bens e direitos possuídos pelas organizações, tendo a capacidade de gerar benefícios econômicos em períodos futuros, visando à preservação, proteção e recuperação ambiental (RIBEIRO, 2010).

Costa (2012) salienta que ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

Os ativos ambientais representam os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações etc. adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas, visando ao desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes (COSTA, 2012, p. 54).

Para Ludícibus (2008), entende-se por ativo ambiental, todos os bens e direitos de propriedade e controle da empresa, que são avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa.

Os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental (RIBEIRO, 2010, p.61).

O objetivo do ativo ambiental compreende na capacidade das organizações em demonstrar suas ações aos usuários, permitindo que avaliem e comparem com as demais informações.

Classifica-se o capital do ativo ambiental, conforme Ribeiro (2010), em circulante e fixo. Como exemplos de capital circulante:

- Na conta disponibilidades pode-se utilizar como parâmetro os recebimentos oriundos de uma receita ambiental.
- Nos ativos realizáveis a curto e longo prazo pode-se adotar os direitos originários de uma receita ambiental e os estoques, se os mesmo estiverem atrelados ao sistema de gerenciamento ambiental ou a produtos reaproveitados do processo operacional.

Para o capital fixo, as seguintes contas são utilizadas:

- Investimentos: que visa à participação em empresas responsáveis ecologicamente
- Imobilizado: reservado a manutenção ambiental, como reparo em equipamentos da estação de tratamento de efluentes
- Diferido: destinado ao desenvolvimento de novas tecnologias para beneficiamento do meio ambiente

Em relação aos tipos de ativo ambiental, pode-se classificar em cotas ou permissões e créditos resultantes da prestação de serviços.

Os ativos ambientais, todos decorrentes de investimentos na área do meio ambiente, deverão ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando, de forma adequada, os estoques ambientais, o ativo permanente imobilizado ambiental e o diferido ambiental. Os bens, cuja classificação se der no ativo permanente imobilizado ambiental e ativo permanente diferido ambiental, exceto aqueles de vida útil inferior a 365 dias, cujos valores serão excluídos, quando da apuração do Lucro Real, estão sujeitos à depreciação/amortização (COSTA, 2012, p.54-55).

Quando existir uma atividade que possa causar em curto ou longo prazo, um impacto ambiental são classificadas as cotas, tendo como exemplo, cotas para emissão de gases com efeito estufa.

As características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas devem compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente (COSTA, 2012, p. 54).

Agora, quando se tratar de prestação de serviços ambientais, classificam-se como créditos, tendo como exemplos o reflorestamento e reciclagem.

Assim como na contabilidade comercial existem no ativo os bens tangíveis, que são aqueles bens que possuem existência física e os bens intangíveis que são aqueles bens que não possuem existência física, na contabilidade ambiental também existe o ativo ambiental intangível, sendo bens ou direitos incorpóreos de difícil mensuração (RIBEIRO, 2010; COSTA, 2012).

Dessa forma, entende-se como objetivo do ativo ambiental a capacidade das empresas em demonstrar suas ações aos usuários, permitindo que avaliem e comparem com as demais informações.

2.4.2 Passivo Ambiental

Como passivo, entende-se todas as obrigações da empresa, seja obrigações com terceiros ou obrigações próprias, sendo com terceiros as obrigações oriundas de empréstimos e financiamentos, trabalhistas, fiscais, entre outros e próprias podemos citar aquelas oriundas do próprio investimento feito pelo sócio da empresa, o qual caracteriza-se pelo capital social.

O termo passivo ambiental compreende os benefícios econômicos ou os resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões. O objetivo da organização é demonstrar os gastos a serem realizados para cumprir com as suas obrigações ambientais. Segundo o entendimento de Ribeiro (2010), passivo significa as dívidas ou obrigações para com terceiros a serem quitadas, em momentos futuros, com a entrega de ativos ou prestações de serviços.

O termo Passivo Ambiental quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de se preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões (RIBEIRO, 2010, p.76).

No passivo ambiental, deverão estar representadas as obrigações da empresa, e estas por sua vez, terão de cumprir com as mesmas. Costa (2012) conceitua que passivo ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originado, como contrapartida, um ativo ou custo

ambiental. O autor disserta ainda que o passivo divide-se em capital de terceiros e capital próprio, sendo estes constituídos pelas origens de recursos da entidade, sendo estes recursos destinados às aplicações das empresas.

Como exemplos de passivo, pode-se citar a conta Empréstimos e Financiamentos, onde as empresas buscam recursos para um melhor investimento na gestão ambiental junto às Instituições Financeiras; Impostos e Taxas a Recolher decorrentes de multas por infrações ambientais, que serão recolhidas ao Governo, entre outros (COSTA, 2012).

Para Ribeiro (2010), ao se inserir na problemática do meio ambiente, a contabilidade deve incluir, entre as responsabilidades da empresa, aquelas de natureza ambiental.

Costa (2012) especifica os seguintes exemplos de origens, sendo as origens oriundas de capital próprio e capital de terceiros:

- a) Bancos: empréstimos de instituições financeiras para investimento na gestão ambiental;
- b) Fornecedores: compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental;
- c) Governo: multas decorrentes da infração ambiental;
- d) Funcionários: remuneração de mão de obra especializada em gestão ambiental;
- e) Sociedade: indenizações ambientais;
- f) Acionistas: aumento do capital com destinação exclusiva para investimentos em meio ambiente ou para pagamento de um passivo ambiental;
- g) Entidade: através de destinação de parte dos resultados (lucro) em programas ambientais.

Costa (2012) retrata que o passivo ambiental também decorre de atitudes positivas da empresa no sentido de representarem obrigações decorrentes de ações na área de recuperação, reparação ou gestão ambiental. A empresa deve evidenciar as suas obrigações futuras decorrentes de obrigações presentes e até mesmo resultantes de eventos passados.

2.4.3 Receitas Ambientais

As receitas ambientais são aquelas provenientes de venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matérias-primas; redução do consumo de energia; redução do consumo de água; participação no faturamento total da empresa com o reconhecimento de sua responsabilidade com o meio ambiente, e até mesmo o ganho de mercado que a empresa adquire no momento de reconhecimento da opinião pública sobre sua política preservacionista, dando preferência a seus produtos (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Empresas que investem em meio ambiente provocam melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, incentivando o incremento da produtividade dos recursos utilizados em seu processo produtivo, que poupadores de recursos podem ser por analogia, considerados receitas, além de contribuírem para a redução de impactos ambientais (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 190).

Desenvolver uma prática de política responsável por parte das empresas é necessário levando-se em consideração a inclusão de receitas, ou seja, os ganhos devem ser gerados de forma correta.

A entrada de recursos na empresa, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, normalmente decorrentes de suas atividades normais, como venda de produtos (no caso das empresas industriais as quais produzem produtos que serão vendidos), mercadorias (das empresas comerciais que possuem uma atividade mercantil de revenda de produtos e serviços) ou serviços (ABREU, 2006, p.125).

Costa (2012) relata três exemplos de receitas ambientais, sendo: prestação de serviços especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados a

partir de sobras de insumos do processo produtivo e participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente. O autor acrescenta que o último exemplo, apesar de sua complexidade, pode ser calculado tomando como base estatística elaboradas com o mercado consumidor, determinando-se o percentual de clientes que realizaram a compra tendo como exigência e pré-condição o item responsabilidade ambiental.

2.4.4 Despesas e Custos Ambientais

As despesas e custos ambientais recebem tal nomenclatura dependendo de sua destinação: se aplicados diretamente à produção, passam a ser contabilizados como custo; e se aplicados indiretamente, são despesas.

De acordo com Ribeiro (2010), considera-se despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa, enquanto custos ambientais devem compreender todos aqueles relacionados, direta ou indiretamente, com a proteção do meio ambiente.

Como despesas ambientais, Ribeiro (2010), classifica:

- Definição e manutenção de políticas ambientais;
- Seleção e recrutamento de pessoal para o gerenciamento e operação do controle ambiental;
- Compra de insumos e equipamentos antipoluentes;
- Pagamento das compras realizadas para essa área;
- Recepção dos itens ambientais adquiridos;
- Estocagem dos insumos utilizados no controle do meio ambiente;
- Treinamentos específicos para a sua proteção;

- Auditoria ambiental. Já custos ambientais definem-se em:

Muitos gastos da empresa na área ambiental resultam em benefícios econômicos futuros para a sociedade externa, como resultado de um meio ambiente melhor em relação a essa conservação dos recursos naturais; porém, não necessariamente refletirão expectativas de benefícios futuros para a entidade que incorreu nos gastos, mas apenas despesas do período (RIBEIRO, 2010, p. 51).

Ainda, de acordo com Ribeiro, os custos ambientais, classificam-se em:

- Todas as formas de amortização (depreciação e exaustão) dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental que pertencem à companhia;
- Aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes;
- Tratamento de resíduos dos produtos;
- Disposição dos resíduos poluentes;
- Recuperação ou restauração de áreas contaminadas;
- Mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente.

Em uma proposta de modelo de Plano de Contas, Ferreira (2006), classifica como custos ambientais o custo de serviço de sequestro de carbono e degradação produzida. Para as despesas ambientais, o autor classifica em recuperação de áreas degradadas, como degradação do ar, do solo e da água; depreciação de equipamentos, como tecnologia limpa, tecnologia poluente, entre outros e outras despesas ambientais como treinamento, indenização a terceiros.

Costa (2012) salienta que para reconhecimento dos gastos gerados pelas empresas dois aspectos devem ser observados, que são:

- I. Os gastos necessários à recuperação e reparação de danos causados ao meio ambiente têm o seu fato gerador em momentos passados. Esses gastos devem ser contabilizados no exercício em que têm início as atividades de recuperação; é necessário trabalhar para o devido posicionamento durante o período da produção responsável pelos danos a serem reparados; e;
- II. os gastos para preservação, redução ou eliminação da poluição que ocorre simultaneamente ao processo produtivo; estes devem ser alocados como custos necessários à produção da receita do período, segregadamente.

Ainda, conforme Costa (2012) considera-se como despesas ambientais:

- todos os gastos reacionados com as políticas internas de preservação ambiental, como folders, cartazes, cartilhas e outros;
- salários e encargos do pessoal empregado na área de políticas internas de preservação ambiental;
- todos os gastos relacionados com treinamento na área ambiental como: horas-aula do instrutor e aquisição do material de expediente;
- aquisição de equipamentos de proteção ambiental;
- despesa com depreciação do material permanente utilizado pela administração na área ambiental;
- despesa com compensação ambiental; despesa com recuperação ambiental; dano ambiental;
- despesa com auditoria ambiental;
- consultoria para elaboração de EIA/RIMA; despesa com licenças ambientais;
- despesa com multas e indenizações ambientais.

Fazendo um comparativo entre despesas e custos, a primeira leva-se em consideração os gastos incorridos em empresas comerciais e prestadoras de serviços, já o segundo relacionam-se aos gastos incorridos nas empresas industriais. Com relação aos gastos ambientais entende-se que as despesas ocorrem de forma periódica, ou seja, gastos que possam resultar numa periodicidade para as empresas, já os custos relacionam mais com a questão da preservação e da prevenção.

Ferreira (2006) classifica os custos como diretos ou indiretos:

- Diretos: são aqueles cujos fatos geradores afetam o meio ambiente e cujo impacto pode ser diretamente identificado a uma ação poluidora ou recuperadora ocorrida numa área física sob a responsabilidade da entidade contábil.
- Indiretos: são os fatos geradores que afetam indiretamente o meio ambiente cujo impacto não pode ser diretamente identificado a uma ação poluidora ou recuperadora ocorrida na área física de responsabilidade da entidade.

Como exemplos de custos diretos e indiretos, Ferreira (2006), ainda exemplifica como diretos os custos relativos à produção ou estocagem, e os indiretos como os relativos ao consumo, caso de aerossóis, e ainda, quanto ao uso de bateria de telefones celulares.

O reconhecimento dos custos dar-se-á na medida em que beneficiarem o exercício em curso.

Os custos e despesas para controle, proteção e recuperação ambiental, via de regra, não poderão ser associados a um processo produtivo único, como também dificilmente haverá condições de determinar com precisão seu exato período de competência (RIBEIRO, 2010, p. 55).

Reconhecer os custos e despesas faz-se necessário à medida que estes geram gastos e com esta nova visão da empresa e a preocupação de todos, seja

empresários ou consumidores com o risco ambiental, deve-se levar em conta que o custo-benefício trazido.

2.4.5 Perdas Ambientais

Além das despesas e custos, que são gastos gerados, o qual refletirão negativamente no resultado da empresa, podemos mencionar as perdas ambientais.

De acordo com Ribeiro (2010), as perdas refletem os gastos incorridos sem uma contrapartida em benefícios. Portanto, perdas ambientais são os gastos que não proporcionam benefícios para as empresas.

Ainda de acordo com Ribeiro (2010), os gastos podem ser classificados como normais ou anormais, sendo o primeiro definido como aqueles gastos aceitáveis, que são previsíveis e já os anormais, são os que acontecem inesperadamente e de volume relevante.

Identificar as perdas, assim como os demais gastos faz-se necessário à medida que para gerar lucro, estes devem ser levados em consideração e para gerar um relatório fidedigno, é necessário que todas as receitas, assim como as despesas, sejam devidamente classificados.

2.4.6 Lucros Ambientais

Partindo-se do pressuposto que toda empresa necessita do lucro até mesmo para a sua sobrevivência, o principal fator por muito tempo para determinar índices satisfatórios para empresa era simplesmente analisar o relatório de contas através de Lucros e Perdas.

Se o lucro é o principal objetivo da empresa, pode-se dizer que equivale a uma somatória de muitos resultados em que a receita (R) superou os totais de custos e despesas (C, D) em um período (Pe) qualquer. Um lucro, de um período,

é uma soma sucessiva de resultados de operações em que a Receita superou os custos e despesas (SÁ; LOPES, 1995).

Moura (2003) descreve que lucro é a remuneração resultante da utilização dos ativos da empresa. Assim, em contabilidade, entende-se por lucro a soma de todas as receitas menos as despesas/custos em toda a organização. Ferreira (2006), diz que na demonstração do resultado do exercício, deveria ser possível identificar o lucro apurado que não causou nenhum dano ambiental.

As despesas e custos ambientais devem ter enorme atenção à medida que geram gastos, e os gastos, podem minimizar o lucro das organizações.

Dias (2008), aborda que são inúmeros os benefícios financeiros obtidos através de um programa de gestão ambiental, como: menores gastos com matérias-primas, energia e disposição de resíduos; redução (ou eliminação) de custos futuros decorrentes de processos de recuperação de áreas poluídas; menores gastos decorrentes de penalidades legais; menores custos operacionais e de manutenção.

2.4.7 Plano de Contas

Para Marion (2010), o plano de contas é, antes de mais nada, a peça-chave do planejamento contábil. Diante disto, o plano de contas deve ser objetivo, refletindo os grupos de contas existente do ativo, passivo, custos, despesas e receitas, cabendo a cada empresa adaptá-lo de acordo com a sua realidade.

Além de objetivo, deve demonstrar uma clareza nas informações, recebendo as transações econômicas realizadas ou os fatos geradores constituídos. O impacto ambiental, representado nas contas do passivo, considera-se o fato gerador, ou seja, o momento de sua ocorrência, e não somente quando os seus efeitos aparecerem.

Marion (2010) traz ainda uma proposta de modelo de plano de contas para as empresas, onde são elencadas apenas as contas relativas ao meio ambiente.

Nas contas de ativo, dividem-se em Ativo Circulante, Ativo Permanente e Ativo Diferido. Como contas de Ativo Circulante, classificam-se os Estoques, subdivididos em Matéria-prima; Produtos Acabados e Serviços de Sequestro de Carbono. As contas utilizadas em estoques de matéria-prima seriam classificadas em renovável, não renovável, reciclada e reutilizável. As de produtos acabados seriam classificadas como renováveis, não renováveis, reciclados e reutilizáveis e os de serviços de sequestro de carbono como sendo as contas de sequestro de carbono em andamento e sequestro de carbono certificado.

Para Viceconti e Neves (2012), os direitos realizáveis a curto prazo representam direitos realizáveis, estoques e as aplicações de recursos em despesas antecipadas, realizáveis no curso do exercício social subsequente. No grupo de contas do Ativo Permanente, classificam-se como Investimentos, Ligados Diretamente à Produção, Não Ligados Diretamente à Produção e Diferido.

Ribeiro (2010) dispõe o permanente como os gastos ambientais, que podem beneficiar períodos futuros. O autor aponta que os investimentos podem ser subdivididos em certificados negociáveis, referindo-se à aquisição de títulos negociáveis em mercado de capital aberto que foram emitidos em decorrência de investimentos realizados em reflorestamento para sequestro de carbono; reflorestamento para sequestro de carbono, no qual se refere ao investimento em área de reflorestamento com o objetivo de realizar o sequestro de carbono; e ainda os direitos sobre recursos naturais, que se referem aos registros dos direitos de exploração de jazidas de recursos minerais pelo total dos custos incorridos na obtenção desses direitos.

Ribeiro (2010) cita ainda que investimentos pela própria natureza, agrega itens que visam retorno em termos de rentabilidade: obras de arte, terrenos para valorização, participação acionária em outra companhia.

Os ligados diretamente à produção são subdivididos em tecnologia limpa, tecnologia de adição de pequenas quantidades e tecnologia poluente. Entende-se por tecnologia limpa, aqueles materiais que consiste em equipamentos de

produção que geram pouco ou nenhum resíduo e que conservam materiais e energias; por tecnologia de adição de pequenas quantidades, aqueles materiais que consiste em equipamentos que provocam pequena emissão de resíduos; e tecnologia poluente consiste em equipamentos cuja tecnologia não contempla nenhuma preocupação com a preservação do meio ambiente (RIBEIRO, 2010).

O grupo não diretamente ligado à produção é subdividido em tecnologia de limpeza, tecnologia de prevenção na emissão de resíduos, tecnologia de mitigação, tecnologia para conservação de recursos naturais e (-) contingências ambientais esperadas.

Como tecnologia de limpeza, são os equipamentos usados para a limpeza do meio ambiente; os de tecnologia de prevenção na emissão de resíduos, são os equipamentos normalmente acoplados a outros equipamentos que poluem de modo a evitar que os resíduos emitidos pelos primeiros sejam despejados ao meio ambiente; os de tecnologia de mitigação são os equipamentos usados para a recuperação dos danos já causados ao meio ambiente; os de tecnologia para conservação de recursos naturais são aqueles cujo objetivo é manter sem alterações significativas os recursos naturais de propriedade ou de posse da entidade contábil; e os de contingências ambientais esperadas, sendo este uma conta retificadora, já que não somaria como as demais e sim diminuiria, como sendo as contas redutoras do Ativo Permanente cujo objetivo é o de reconhecer as restrições causadas ao meio ambiente que reduzem os benefícios futuros do ativo pelo uso potencial de determinado equipamento (RIBEIRO, 2010).

Ribeiro (2010) preconiza que quando um gasto ambiental, que tenha as condições para ser reconhecido como Ativo Imobilizado, estiver relacionado a outro ativo, deverá ser incluído como parte daquele ativo, e não registrado separadamente.

Já para as contas de Passivo, subdivide-se em Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido. Viceconti; Neves (2012) mencionam que o passivo circulante “compreende as obrigações ou dívidas de curto prazo, ou seja, quando o vencimento ocorrer no exercício social seguinte.

Viceconti e Neves (2012) explicam que o passivo circulante classifica-se nos seguintes subgrupos: provisão para contingências ambientais; meio ambiente a recuperar; indenizações por doenças causadas; multas prováveis; aposentadorias precoces; ou ainda, contingências de impactos causados na água; contingências de impactos causados no solo; contingências de impactos causados no ar e gastos ambientais a pagar.

Para Costa (2012) evidencia que no subgrupo provisão para contingências ambientais, classificam-se as seguintes contas: meio ambiente a recuperar; indenizações por doenças causadas; multas prováveis; aposentadorias precoces; compensações diversas. Nos demais subgrupos classificam-se as contingências de impactos causados na água; contingências de impactos causados no solo; contingências de impactos causados no ar. O autor acrescenta ainda que como contingências de impactos causados na água, contingências de impactos causados no solo e contingências de impactos causados no ar, classificam-se as contas de meio ambiente a recuperar; indenizações por doenças causadas; multas prováveis e aposentadorias precoces.

Em relação aos gastos ambientais a pagar, Ferreira (2006) diz referir-se a valores de indenizações a pagar, resultantes de impactos ambientais causados por terceiros identificados e vencíveis até 360 dias da data do Balanço Patrimonial; e as multas já notificadas

Viceconti e Neves (2012) explicam que o passivo exigível a longo prazo representa as obrigações de longo prazo, inclusive empréstimos de sócios, acionistas, administradores ou créditos de pessoas físicas ou jurídicas ligadas. Os autores dissertam que no passivo exigível a longo prazo, classifica-se a provisão para contingências ambientais, sendo as contas as mesmas classificadas no ativo circulante, diferenciando apenas pelo tempo, cujos eventos sejam com vencimentos a partir de 360 dias da data do Balanço Patrimonial.

Como subgrupo do patrimônio líquido, classifica-se como as reservas para contingências ambientais esperadas, referindo-se ao valor do potencial de poluição dos equipamentos da entidade que serão restrições a lucros futuros.

Viceconti e Neves (2012) ressaltam que o patrimônio líquido a partir de 2008 corresponde à diferença entre o valor total do Ativo e o valor total do Passivo.

Com relação aos custos ambientais, despesas ambientais e receitas ambientais, classificam-se como custos ambientais o custo do serviço de sequestro de carbono e a degradação produzida; como despesas ambientais classificam-se a recuperação de áreas degradadas, como a sendo a degradação do ar; degradação do solo e degradação da água; a depreciação de equipamentos, classificados como tecnologia limpa; tecnologia de adição de pequenas quantidades; tecnologia poluente; tecnologia de limpeza; tecnologia de prevenção na emissão de resíduos; tecnologia de mitigação; tecnologia para conservação de recursos; e ainda outras despesas ambientais, como prevenção; treinamento e indenização a terceiros; e como receitas ambientais, classificam as contas de receitas de serviços ambientais; receita de venda de certificados de redução de emissões e receita de venda de material reciclado (FERREIRA, 2006).

Costa (2012) retrata os principais critérios que devem ser levados em consideração para elaboração de um plano de contas, que são:

- a estrutura do plano de contas deve ser específica para cada organização;
- a hierarquia do plano de contas deve ser ilustrada através de um sistema de classificação baseada em códigos próprios;
- a classificação deve ser constituída a partir das características mais gerais dos grupos de contas até as especificidades inerentes a cada uma delas;
- as informações geradas a partir do plano de contas devem estar de acordo com as necessidades dos usuários;

- as denominações contidas no plano de contas devem identificar facilmente os elementos patrimoniais;
- a estrutura deve permitir uma flexibilidade que permita sua alteração (ampliação ou diminuição) e operacionalização.

O plano de contas deve ser estruturado de modo a ajudar os envolvidos no processo gerencial o reconhecimento das contas sejam elas de origem ou de aplicação de recursos. Além das contas de origem e de aplicações de recursos deve-se levar em consideração as que geram o resultado das empresas também, como as contas de receitas, despesas e custos.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada foi de caráter transversal, observacional, quantitativo, desenvolvido no Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Os sujeitos de pesquisa foram 53 alunos cursando o 1º ano de Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CoEPS) do UniFOA e foi aprovado em 05 de fevereiro de 2013. Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) Processo nº 219.535/2013 e Processo nº 388704/2013 aprovado em 09 de setembro de 2013 (Anexo 2,3).

Para coleta de informações junto aos sujeitos, utilizou-se de questionário como instrumento de pesquisa. Este recurso foi selecionado a fim de atingir um contingente maior de discentes, oferecendo menos dificuldade e tempo na coleta e análise de dados.

Foi elaborado um questionário auto-aplicável (Apêndice 1) visando avaliar o conhecimento prévio dos acadêmicos. O questionário foi composto por 10 perguntas sendo duas abertas e oito fechadas, sobre a temática da Contabilidade Ambiental, tendo sido aplicado no mês de março de 2013.

O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra “questionário” refere-se a um meio de obter resposta às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche [...] Ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central. (CERVO E BERVIAN, 1996, p. 159).

Foram utilizados como critérios de inclusão, estar cursando o primeiro ano do Curso de Contabilidade, e posteriormente ter concordado e assinado o termo de consentimento livre e esclarecido.

Em atenção aos aspectos éticos e legais da pesquisa que envolve seres humanos, todos os acadêmicos que aceitaram participar da pesquisa

respondendo o questionário, e autorização de uso de imagem, assinaram previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado pelo Comitê de Ética em COEP/UniFOA. Processo nº 219.535 de 05 de fevereiro de 2013 e Processo nº 388.704 de 09 de setembro de 2013 (Anexo 2 e 3).

Para o desenvolvimento da disciplina no primeiro semestre foi elaborado um estudo aprofundado sobre Contabilidade Ambiental, meio ambiente e seus relatórios, comparativos entre a contabilidade ambiental e a contabilidade comercial, por meio de conceitos, exercícios práticos e discussão em sala de aula com artigos sobre o assunto.

No segundo semestre foi realizado um sorteio entre os alunos participantes distribuídos nomes de empresas com boas práticas sustentáveis, onde os alunos apresentaram soluções para o desenvolvimento dos produtos ou serviços elaborados por estas empresas, sendo parte integrante da avaliação de número 3, pois os alunos possuem uma boa base para desenvolvimento do assunto.

4. RESULTADOS E DISCUSSAO

A aplicação do questionário trouxe à tona resultados que demonstraram um estado de conhecimento e uma preocupação sobre a questão ambiental meramente superficial por parte dos alunos ingressantes no curso de Ciências Contábeis. Isso reforçou o pré-suposto que é possível e necessário construir uma ementa em função das exigências do mercado e das novas tendências econômicas e ambientais.

Dentre os principais resultados, observou-se que 75,47% dos avaliados ouviram falar pouco sobre Contabilidade Ambiental, apesar de 81,13% deles, acharam importante a inserção de uma disciplina com essa abordagem no curso de graduação em Ciências Contábeis.

Dentre os 43 entrevistados que responderam positivamente a esta pergunta, nenhum conseguiu inferir de que forma a contabilidade poderia contribuir positivamente para a conservação ambiental, enquanto 30 entrevistados deram importância apenas ao acréscimo de seu conhecimento e de melhores chances no mercado de trabalho. Apenas três entrevistados afirmaram que esse conhecimento poderia ajudar a preservar o meio ambiente, enquanto outros dois acreditaram ainda que a questão ambiental seja um tema novo e pouco conhecido.

Com relação ao questionamento sobre a importância da inserção da disciplina Contabilidade Ambiental no curso de Ciências Contábeis, obteve-se as respostas conforme tabela 02.

Tabela 02 – Respostas referentes questionário aplicado para os alunos.

Resposta 1:	“Sim. Bom para aprimorar o nosso conhecimento”.
Resposta 2:	“Não julgo importante porque desconheço a disciplina”.
Resposta 3:	“Para um maior acervo de informação e pesquisas sobre o assunto”.
Resposta 4:	“Com essa disciplina podemos assimilar as duas coisas com suas devidas importâncias”
Resposta 5:	“Para ampliar nosso conhecimento”.
Resposta 6:	“Porque hoje só se fala nisso e gostaria de ficar ciente”.

Resposta 7:	“Devido à questão ambiental ser tratada com maior atenção em nossos dias e na questão ambiental temos muitos meios de avaliar os custos na área”.
Resposta 8:	“Sim, pois temos um maior conhecimento em outras áreas da Contabilidade”.
Resposta 9:	“É mais um conhecimento. Até pelo fato de hoje tudo ser voltado para essa questão Meio Ambiente, Sustentabilidade”.
Resposta 10:	“Desconheço o assunto”.
Resposta 11:	“Desconheço o assunto”.
Resposta 12:	“Porque aprender mais coisas nessas áreas são muito bem vindas, ainda mais a área ambiental que está muito valorizada”.
Resposta 13:	“Não conheço, mas é sempre bom aprender”.
Resposta 14:	“Conhecimento nunca é demais, é sempre válido aprender”.
Resposta 15:	“É sempre bom adquirir mais conhecimento”.
Resposta 16:	“É um ramo razoavelmente novo no mercado que vem ganhando cada vez mais mercado”.
Resposta 17:	Mais um conhecimento adquirido.
Resposta 18:	Porque aprimorar conhecimento de todas as áreas de nosso curso sempre é bom.
Resposta 19:	Porque pelo pouco que ouvi falar achei interessante.
Resposta 20:	Não conheço o assunto.
Resposta 21:	Acho importante porque o tema ambiental está em muita evidência.
Resposta 22:	Porque é importante a preocupação com o ambiente.
Resposta 23:	Pois ajudaria a melhorar nosso Meio Ambiente.
Resposta 24:	Pois é um novo ramo da Contabilidade que está surgindo, com a necessidade de preservarmos o meio ambiente, que cada vez mais está sendo prejudicado.
Resposta 25:	Preciso saber mais sobre esta disciplina.
Resposta 26:	Para saber do que se trata desde assunto da melhor forma.
Resposta 27:	Em minha opinião a contabilidade facilita muito o trabalho de muitas pessoas em geral.
Resposta 28:	Para entender mais sobre o assunto.
Resposta 29:	Um maior conhecimento e mais uma área de trabalho.
Resposta 30:	Tudo que for bom e que for para melhorar nosso aprendizado e maior conhecimento eu acho interessante.
Resposta 31:	Acho que todas as áreas relacionadas são válidas, para o conhecimento, e a ampliação da área Contábeis.
Resposta 32:	Porque ela aborda o estudo da contabilidade em uma área não muito conhecida.
Resposta 33:	Porque muitas empresas estão se preocupando mais com meio ambiente.
Resposta 34:	Atualmente a abordagem Ambiental tem tido uma grande importância o que torna esta disciplina fundamental para a grade curricular.
Resposta 35:	A importância dada a área ambiental está focada em várias outras áreas sendo assim necessário maior conhecimento.
Resposta 36:	Sim. Pois é importante termos contato com tudo para melhor conhecimento da área contábil.
Resposta 37:	Acredito que hoje em dia, tudo está em torno do meio ambiente, e de sua preservação, então em qualquer área, o profissional tem que estar envolvido nesta questão, afinal é uma questão mundial.
Resposta 38:	Acho importante aprendermos sobre o ambiente, seja em qual área estivermos.
Resposta 39:	Porque é muito importante a área Ambiental e pode ser que eu venha precisar saber da área.
Resposta 40:	Devido ao crescimento do assunto em todas áreas, indústrias, comunidade, comercio, etc.
Resposta 41:	Porque o meio ambiente e a preservação dele deve ser estudada e aplicada no curso.
Resposta 42:	Para obtermos maior conhecimento.

Resposta 43:	Apesar de não ter conhecimento nesta disciplina, quanto mais informações melhor, e com certeza, se tem na nossa área é importante aprendermos a respeito.
--------------	---

Fonte: adaptado pelo autor

A inserção da disciplina Contabilidade Ambiental demonstrou ser bem aceita pelos 43 (quarenta e três) alunos entrevistados, pois relataram a importância e a contribuição que o estudo desta matéria pode agregar junto com as demais áreas do conhecimento. Importante observar também, a perspectiva do aluno ingressante do curso de Ciências Contábeis com o que há de novo no ambiente organizacional, os quais farão parte.

Este estudo possibilita alçar novos caminhos na busca da construção do conhecimento, sendo este diversificado para diversas áreas do conhecimento, pois para aplicar a contabilidade ambiental, deve-se saber de legislação, economia, gestão, entre outros fatores aplicáveis na atividade prática-profissional.

Seguem na tabela 03 respostas sobre a importância do contador na questão ambiental.

Tabela 03 – Respostas sobre a importância do contador na questão ambiental.

Resposta 1:	“Como em todas as atuações profissionais o contador também tem a sua responsabilidade com o meio ambiente”.
Resposta 2:	“Creio que a mesma importância dentre todas as outras áreas”.
Resposta 3:	“Preservar o meio ambiente”.
Resposta 4:	“A importância é: saber passar para o cliente que tem atividades no contrato social e que desempenha tal atividade, prejudicial para o meio ambiente”.
Resposta 5:	“Com certeza que precisamos conhecer; interagir, contribuir com meio ambiente em geral”.
Resposta 6:	“A nossa importância é a mesma de qualquer outro profissional na área, preocupado com o meio ambiente”.
Resposta 7:	“Não sei”.
Resposta 8:	“Fundamental para desenvolvimento de atividades”.
Resposta 9:	“Preservação do meio ambiente”.
Resposta 10:	“Não sei”.
Resposta 11:	“Não sei dizer”.
Resposta 12:	“Pode ajudar a reduzir o uso abusivo dos recursos ambientais”.
Resposta 13:	“Ele é importante, pois somente o contador está habilitado para contabilidade ambiental”.
Resposta 14:	“Para “amarrar” o processo de desmatamento por madeireiros”.
Resposta 15:	“A questão ambiental é fundamental em qualquer área”.
Resposta 16:	“Não sei responder”.

Resposta 17:	“Na minha opinião não há muita ligação entre contabilidade e meio ambiente”.
Resposta 18:	“Contribuir para o meio ambiente”.
Resposta 19:	“É muito importante para que o contador passe para seus clientes seus direitos e deveres com o ambiente para que não haja futuros problemas”.
Resposta 20:	“Ajudar reduzir cada vez o desperdício de papel, pois no ramo da contabilidade se produz muito papel”.
Resposta 21:	“A questão ambiental é importante para qualquer disciplina”.
Resposta 22:	“Não sei qual a importância, pois não estou inteirada no assunto”.
Resposta 23:	“A conservação ambiental”.
Resposta 24:	“Apesar de não saber sobre essa área, eu acho que o contador tem muita importância”.
Resposta 25:	“Envolve todo ser humano, sendo assim o contador teria mais um instrumento de trabalho e aprimoramento”.
Resposta 26:	“Não sei”
Resposta 27:	“Nenhuma”
Resposta 28:	“Orientar questões financeiras voltadas nas questões ambientais”.
Resposta 29:	“O profissional deve estar voltado a questão ambiental que é uma preocupação mundial nos dias de hoje”.
Resposta 30:	“É de extrema importância, assim como para todas as áreas do conhecimento, pois devemos aprender para cuidar”.
Resposta 31:	“Conscientizar sempre seus clientes (empresas), que precisam de alguma forma com a preservação do meio ambiente e influenciar também seus funcionários em palestras, etc”.
Resposta 32:	“Ser consciente da importância do meio ambiente em nossa vida”.
Resposta 33:	“Hoje todas as profissões estão diretamente ligadas, e o contador pode auxiliar no meio ambiente de várias formas, através de estatísticas, etc”.
Resposta 34:	É em contabilizar os gastos das empresas na conservação ambiental.
Resposta 35:	Não acha importante somente para os contadores mas sim todos deveriam saber a importância da questão ambiental.
Resposta 36:	Ajudar a esclarecer, o quanto uma empresa determinada pode sofrer impacto ambiental.
Resposta 37:	Na parte contábeis do meio ambiente.

Fonte: adaptado pelo autor

Observou-se uma grande preocupação a cerca do tema em questão, pois os alunos ingressantes do curso de Ciências Contábeis demonstraram por meio do questionário aplicado, pouco conhecimento com relação às questões que envolvem as técnicas de Contabilidade Ambiental.

Portanto, torna-se relevante uma ementa eficaz na disciplina de Contabilidade Social e Ambiental, que aborde essa problemática envolvendo meio ambiente, economia e sociedade, e a importância do contador neste contexto, daí uma necessidade de uma preparação técnico-científica com um estudo aprofundando o que gerará uma qualificação maior.

As apresentações foram em grupo de no máximo 08 alunos, sendo os grupos avaliados na parte escrita que foi entregue no dia da apresentação, e a parte onde apresentaram as empresas com as soluções devidas (Figura 1a, 1b, 1c e 1d).



Figura 1a. Alunos participantes da pesquisa.



Figura 1b. Alunos participantes da pesquisa.



Figura 1c. Alunos participantes da pesquisa.



Figura 1d. Alunos participantes da pesquisa.

Acredita-se que o aprendizado do aluno se baseia na atividade teórico e pratica, com a proposta de que o aluno participe ativamente do próprio aprendizado, mediante a experimentação, a pesquisa em grupo, o estímulo a dúvida e o desenvolvimento do raciocínio, entre outros procedimentos, sendo necessário para que se tenha uma maior assimilação do conhecimento.

Piaget (1973) abordou sobre a necessidade da assimilação com um dos processos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo:

A importância da noção de assimilação é dupla. De um lado, implica, como acabamos de ver, a noção de significação, o que é essencial, pois todo conhecimento refere-se a significações (índices ou sinais perceptivos, tão importante desde o nível dos instintos, até a função simbólica dos antropóides e do homem, sem falar das abelhas e dos golfinhos). Por outro lado, exprime o fato fundamental de que todo conhecimento está ligado a uma ação e que conhecer um objeto ou acontecimento é utilizá-los, assimilando-os a esquemas de ação (PIAGET, 1973, p.74).

Observou-se o interesse dos alunos por esta disciplina, sendo um grande diferencial para os mesmos, pois sempre se houve em jornais e em programas televisivos sobre danos causados ao meio ambiente e nem sempre o aluno que será um profissional de contabilidade imaginava sua importância social neste contexto. Sendo assim, busca-se uma prática cada vez maior na disciplina de Contabilidade Social e Ambiental para que o aluno esteja motivado a atuar em favor de questões tão importantes e necessárias para a sustentabilidade (Figura 5 e 6).



Figura 2. Quadro motivacional para uma melhor conscientização ambiental, feito pelos alunos participantes.

Santos *et al.* (2001); Angelo (2005); Bergamini (2013) também realizaram estudos relacionados a Contabilidade Ambiental, e citam a importância das informações Contábeis no processo decisório das empresas que visam sustentabilidade.



Figura 3. Criação de bolo com motivação apresentando as empresas selecionadas com boas praticas sustentáveis.

Para Freire (1999), faz-se necessário que os docentes incentivem os alunos na busca da motivação para o aprimoramento para uma visão crítica sobre os aspectos abordados. Schramm (1971) preconiza que a essência de um estudo de caso é tentar esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultado.

Este estudo, contou com a participação de uma banca avaliadora composta por profissionais de outras áreas do saber, como: Direito; Gestor de RH e Design (Figura 4).



Figura 4. Banca Avaliadora de boas praticas sustentáveis.

4.1 Produto

Foi desenvolvido dois produtos finais, um foi uma ementa de uma disciplina em Contabilidade Social e Ambiental, para o curso de Ciências Contábeis do UniFOA, consistindo em uma nova disciplina da matriz curricular anual do referido curso, ofertada aos alunos do segundo ano e o outro foi uma apostila que foi disponibilizada no plano de aula da disciplina. A mesma será disponibilizada em arquivo em formato PDF para os alunos na área restrita do site do UniFOA (Apêndice 1 e 2).

Produto 1: Foi feita uma da Ementa da disciplina Contabilidade Social e Ambiental. Pesquisado em ementas de diversas Instituições de Ensino Superior, e realizou-se a partir de análise e posterior seleção de textos publicados em revistas indexadas e em literatura publicada, utilizando-se do Sistema *Scientific Eletronic Library On-line (SCIELO)*, livros de Contabilidade Ambiental, sendo as bibliografias mais utilizadas: Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável de Ferreira (2006); Contabilidade Ambiental de Ribeiro (2010); Contabilidade e Responsabilidade Social: integrando desempenho econômico, social e ecológico Vellani (2011) e Contabilidade Ambiental do Costa (2012), dentre outros de relevância para abordagem do tema proposto e construção das ementas.

As ementas foram avaliadas levando-se em conta o perfil do profissional contábil, assim como o seu diferencial para sua inserção no mercado de trabalho. Desta forma, foi elaborada a ementa da disciplina Contabilidade Social e Ambiental, baseada nas principais tendências do mercado atual, no qual procura-se cada vez mais profissionais altamente qualificados e com o viés da responsabilidade social e ambiental.

Produto 2: Foi feita uma apostila para a disciplina Contabilidade Social e Ambiental, a mesma consta do seguinte conteúdo programático, estando distribuída nos seguintes capítulos:

- I. Introdução ao Ambiente da Contabilidade: Neste capítulo serão abordados tópicos sobre a Contabilidade Ambiental, comparando-a a modalidade comercial, seus usuários de informação, a importância da contabilidade no contexto social e ambiental;
- II. Contabilidade Ambiental: Serão abordados os casos específicos de contabilizações envolvendo grupos de contas ambientais, assim como os seus relatórios;
- III. Desenvolvimento Sustentável e Empresa Responsável: Serão evidenciado neste capítulo o conceito de sustentabilidade, de ecoeficiência e os impactos ambientais; será apresentado um modelo de Balanço Social, com toda a sua estruturação e as etapas de sua elaboração;
- IV. Ativo; Passivo; Receitas; Despesas; Custos; Perdas e Lucros Ambientais: Serão apresentadas as contas específicas envolvendo a Contabilidade Ambiental.

5. CONCLUSAO

Conclui-se com este estudo que a grande maioria dos alunos ingressantes curso Bacharelado em Ciências Contábeis do UniFOA demonstraram interesse na busca por maiores conhecimentos e uma preocupação no que diz respeito as questões ambientais e sociais.

Acredita-se que a inserção de uma Ementa altamente aplicável, faça com os alunos não levem somente conhecimentos teóricos, mas também conhecimentos práticos, alcancem o objetivo educacional proposto e um aprendizado eficaz e diferenciado, representados pelos alunos do UniFOA.

Observou-se nos resultados, que para que se tenha este diferencial competitivo no mercado de trabalho, seja necessário ir para além da sala de aula, como demonstrado nas figuras representativas, onde os alunos se envolveram de forma motivacional buscando o conhecimento das empresas com boas práticas sustentáveis, gerando uma pro-atividade por parte dos mesmos com criação de um bolo e o tema envolvido, Logística da Sala com figuras de conscientização ecológica, preocupação na apresentação dos Slides, elaboração por parte de alguns grupos de camisetas com a temática dentre outros fatores criativos envolventes por todos, o que gerou de forma harmoniosa e estrutural a adequação Empresa, Meio Ambiente e Sala de Aula.

Acredita-se, portanto, que com a aplicação prática em sala de aula, os egressos possam atuar no mercado de trabalho desenvolvendo soluções sustentáveis para as empresas, pois num mercado cada vez mais competitivo é preciso que as organizações estejam atualizadas, visando não só o lucro como também o desenvolvimento sustentável para a adequação diante de uma problemática, envolvendo as questões sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. F. de. **Fundamentos de contabilidade**: utilizando excel. São Paulo: Saraiva, 2006.

ANGELO, D. I. **A Importância das Informações Contábeis no Processo Decisório das Empresas**. CESAT - PIO XII. UNICES em revista. n. 4, 2005. Disponível em: <http://www.faculdade.pioxii-es.com.br/anexos/Sapientia04/RC_N4_Pio_XII_artigo_1.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

ALBUQUERQUE, J. L. **Gestão Ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

BARBIERI, J. C.; SIMANTOB, A. M. **Organizações Inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

BASF. **A Fundação Espaço ECO**. Brasil: Basf, 2006. Disponível em: < <http://www.basf.com.br/default.asp?id=3203> >. Acesso em: 19 nov. 2012.

BERGAMINI, J. S. **Contabilidade e Risco Ambientais**. 2013. Disponível em: <<http://ascot1.dominiotemporario.com/doc/A17.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2013.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

BURRIT, R. L.; SAKA, B. C. Environmental management accounting applications and eco-efficiency: case studies from Japan. **Journal of Cleaner Production, ABI/INFORM Global**, v. 14, n. 14, p. 1262-1275, 2005.

COSTA, C. A. G. **Contabilidade ambiental**: mensuração, evidenciação e transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242p.

DIAS, R. **Gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável** - Inclui certificados de carbono. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

GOULART, C. P.; FEDATO, G. A. de Lima. **O Desenvolvimento Sustentável sob enfoque da Contabilidade Ambiental. VIII Jornada Acadêmica de Ciências Contábeis** – UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Universitário de Sinop.

HELMINEM, R. Developing tangible measures for eco-efficiency: the case of Finnish and Swedish pulp and paper industry. **Business strategy and the environment, ABI/INFORM Global**, v. 9, n. 3, p. 196, 2000.

IUDICIBUS, S. **Análise de balanços: a análise da liquidez e do endividamento, a análise do giro, a análise da rentabilidade, a análise da alavancagem financeira**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KADT, M. de. Financing change: the financial community, eco-efficiency, and sustainable development. **Organization & Environmental, ABI/INFORM Global**, v. 10, n. 4, p. 449, 1997.

KINLAW, D. C. **Empresa competitiva e ecológica: desempenho sustentado na era ambiental**. São Paulo: Makron Books, 1997.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, G. A. T.; Carlos R. **Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MERINO, S. L. **O meio ambiente expressado em termos contábeis, um desafio para o contador do futuro**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, n.9, 2000, Goiânia, Anais... Goiânia: Conselho Federal de Contabilidade, 2000.

MOURA, L. A. A. Economia ambiental: gestão de custos e investimentos. 2 ed., **Rev. Atualizada**. São Paulo, 2003.

MOURA, L. A. A. de. Economia ambiental: gestão de custos e investimentos. 2 ed., **Rev. Atualizada**. São Paulo, 2003.

MOURA, L.; A. **Qualidade e gestão ambiental**. 3ª. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PEREIRA, D.B.; LASCHEFSKI, K. (Orgs). **A insustentável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2005, p. 78-89.

PIAGET, J. **Aprendizagem e Conhecimento**. In.: Aprendizagem e conhecimento. Tradução Equipe da Livraria Freitas Bastos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

QUEIROZ, R. L. S., QUEIROZ, E., S. **A Contabilidade como um instrumento de gestão ambiental e empresarial e sua contribuição à melhoria da qualidade de vida planetária**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, n. 9, p.78-73, ago-out.2000.

REIS, L. G.; N.; Ramos D.; TARIFA, M., R. **Rev de Estudos Contábeis, Londrina**, V. 2, N.3, p. 90-97, Jul. /Dez. 2011. Uma análise histórica das publicações existentes sobre o tema Contabilidade Ambiental.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SÀ, A. L. **Teoria da Contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÀ, A. L.; LOPES, A. M. **Dicionário de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1955.

SACHES, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento econômico e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SALING, P. et.al. Eco-efficiency analysis by Basf: the method. **Internacional Journal of Life Cycle Assessment, ABI/INFORM Global**, v.7, n. 4, p. 203-218, 2002.

SCHRAMM, W. *Notes on case studies of instructional media projects*. Working paper, the Academy for Educational Development, Washington, DC. 1971.

_____ **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, A. O. et al. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. **Rev. contab. finanç.** vol.12, n. 27, São Paulo, 2001.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. Estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TEIXEIRA, L. G. A.; **A Contabilidade Ambiental: a busca de ecoeficiência**. Anais do XI Congresso Brasileiro de Contabilidade. CFC; Goiânia, 2000.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P.; **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

VELLANI, C. L. **Contabilidade e Responsabilidade Social**. Integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Atlas, 2011.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade Básica**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. **Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais.** In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. *A insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*, Belo Horizonte, Autentica. 2005.

ANEXOS

ANEXO 1. A Resolução nº 001, de 1986.

- I. os objetivos e as justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;
- II. a descrição do projeto e suas alternativas, tecnologias e locacionais, especificando para cada uma delas, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias-primas, mão-de-obra, fontes de energia, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos e perdas de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;
- III. a síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;
- IV. a descrição dos prováveis impactos ambientais decorrentes da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;
- V. a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações de adoção do projeto e suas alternativas, bem como a hipótese de sua não-realização;
- VI. a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que puderem ser evitados e o grau de alteração esperado; o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;
- VII. recomendações quanto à alternativa mais favorável.

ANEXO 2. Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE).**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A CONTABILIDADE AMBIENTAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Pesquisador: HYDER MARCELO ARAÚJO LIMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 10904512.3.0000.5237

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO ARANHA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 219.535

Data da Relatoria: 05/02/2013

Apresentação do Projeto:

A contabilidade é o registro do patrimônio das empresas, através dos bens, direitos e obrigações, sendo a contabilidade ambiental, também o registro deste patrimônio, porém com as obrigações sendo ambientais. Contudo, não somente se registra os fatos na contabilidade, como também tem uma grande valia na tomada de decisões nas organizações. Existe uma ampla relação da contabilidade com as demais ciências, pois como uma ciência social, a contabilidade, gera uma relação de interdisciplinaridade com os diversos ramos do saber. Ferreira (2003), salienta que a Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a informações que relatam adequadamente, em termos econômicos, as ações ambientais de uma entidade que modifiquem seu patrimônio. Esse conjunto de informações não é outra contabilidade, mas uma especialização.



VOLTA REDONDA, 14 de Março de 2013

Assinador por:
Vitor Barletta Machado
(Coordenador)

Endereço: Avenida Paulo Ezequiel Alves Abrantes, nº 1325
Bairro: Prédio 01 - Bairro Três Poços CEP: 27.240-560
UF: RJ Município: VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 Fax: (24)3340-8404 E-mail: coeps@foa.org.br

**Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo da pesquisa é avaliar o interesse do aluno ingressante do curso de Ciências Contábeis com o tema A Contabilidade Ambiental, tendo em vista a importância do assunto na atualidade, tanto para a sociedade que preocupa-se em adquirir produtos ecologicamente corretos, quanto para as empresas que, por sua vez, preocupam-se cada vez mais, com os produtos sustentáveis e com menos riscos ambientais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não existem comentários.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão ok.

Recomendações:

Devem ser esclarecido a relevâncias das perguntas de 7 a 11 do questionário.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atender as recomendações.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião o colegiado considerou que o questionário estava adequado aos objetivos gerais da pesquisa, considerando portanto o projeto aprovado.

Sem outras considerações.

Endereço: Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Bairro: Prédio 01 - Bairro Três Poços CEP: 27.240-560
UF: RJ Município: VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 Fax: (24)3340-8404 E-mail: coeps@foa.org.br

ANEXO 3. Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE).



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONTABILIDADE AMBIENTAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Pesquisador: HYDER MARCELO ARAÚJO LIMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 10904512.3.0000.5237

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO ARANHA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Nova versão TCLE

Detalhe:

Justificativa: Autorização para uso de imagem em aula prática da turma do 2º ano do curso de

Data do Envio: 11/09/2013

Situação da Notificação: Aguardando revisão do parecer do colegiado

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 393.485

Data da Relatoria: 12/09/2013

Apresentação da Notificação:

Alteração do TCLE para inclusão de autorização de uso de imagem.

Objetivo da Notificação:

Alteração do TCLE para inclusão de autorização de uso de imagem.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

Adequada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os mesmos.

Endereço: Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Bairro: Prédio 01 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** coeps@foa.org.br



Continuação do Parecer: 393.485

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Sem outras considerações.

VOLTA REDONDA, 12 de Setembro de 2013

Assinador por:
Vitor Barletta Machado
(Coordenador)

Endereço: Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Bairro: Prédio 01 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560
UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** coeeps@foa.org.br

APÊNDICES

APENDICE 1. Questionário para dissertação de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e Meio Ambiente do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

1. Já ouviu falar em Contabilidade Ambiental?

() sim () não

Tabela 1:

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	
	QUANTIDADE	%
SIM	40	75,47%
NÃO	12	22,64%
NÃO RESPONDEU	01	1,89%
TOTAL	53	100%

2. Acha importante a inserção da disciplina Contabilidade Ambiental no curso de Ciências Contábeis?

() sim () não

Tabela 2

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	
	QUANTIDADE	%
SIM	43	81,13%
NÃO	07	13,21%
NÃO RESPONDEU	03	5,66%
TOTAL	53	100%

Justifique:

3. Já teve contato com algum material impresso, como livros, revistas, entre outros acerca do assunto?

() sim () não

Tabela 3

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	
	QUANTIDADE	%
SIM	49	92,45%
NÃO	03	5,66%
NÃO RESPONDEU	01	1,89%
TOTAL	53	100%

4. Já teve envolvido em algum projeto de ação de responsabilidade social ou ambiental?

() sim () não

Tabela 4

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	
	QUANTIDADE	%
SIM	41	77,36%
NÃO	12	22,64%
NÃO RESPONDEU	00	0%
TOTAL	53	100%

5. Tem algum interesse em participar de algum projeto de ação de responsabilidade social ou ambiental?

() sim () não

Tabela 5

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	
	QUANTIDADE	%
SIM	47	88,68%
NÃO	06	11,32%
NÃO RESPONDEU	00	0,00%
TOTAL	53	100%

6. Em sua opinião, qual a importância do contador na questão ambiental?

7. Que tipo de material ou recurso, acha que ajudaria no aprendizado da disciplina?

- () Livro impresso
- () Livro eletrônico
- () Apostila
- () CD-Rom
- () Quadro
- () Audio-visual
- () Aulas virtuais
- () Laboratório

8. Você já tem algum tipo de contato com sistemas informatizados na área contábil?

() sim () não

Tabela 7

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	
	QUANTIDADE	%
SIM	29	54,72%
NÃO	22	41,51%
NÃO RESPONDEU	02	3,77%
TOTAL	53	100%

9. Você já participou de algum treinamento ou curso virtual?

() sim () não

Tabela 8

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	
	QUANTIDADE	%
SIM	43	81,13%
NÃO	10	18,87%
NÃO RESPONDEU	00	0,00%
TOTAL	53	100%

10. Se sim, teve dificuldade no acesso/manuseio?

() sim () não

Tabela 09

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA	
	QUANTIDADE	%
SIM	03	30%
NÃO	07	70%
NÃO RESPONDEU	00	0%
TOTAL	10	100%

APENDICE 2. Plano de Ensino

Curso: CIÊNCIAS CONTÁBEIS Turno: NOTURNO
Disciplina: CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL Período: 02
Classificação: TEORICA Semestre: 1
Carga Horária: 80 horas Ano: 2013

EMENTA: INTRODUÇÃO AO AMBIENTE DA CONTABILIDADE. CONTABILIDADE AMBIENTAL. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EMPRESA RESPONSÁVEL. ATIVO, PASSIVO, RECEITAS, DESPESAS, CUSTOS, PERDAS E LUCROS AMBIENTAIS.

COMPETÊNCIAS

Dar condições ao aluno de entender as demonstrações contábeis e seu impacto ambiental como um instrumento de apoio a tomada de decisão.- Colocar a disposição do aluno um instrumental básico de análise, que o auxilie na leitura dos demonstrativos financeiros-ambientais das instituições.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**Conceitual**

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA CONTABILIDADE;

CAPÍTULO 2: CONTABILIDADE AMBIENTAL;

Lançamentos Contábeis Ambientais

CAPÍTULO 3: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EMPRESA RESPONSÁVEL;

Ecoeficiência; O Balanço Patrimonial; Impactos Ambientais.

CAPÍTULO 4: ATIVO, PASSIVO, RECEITAS, DESPESAS, CUSTOS, PERDAS E LUCROS AMBIENTAIS.

4.1 Ativo Ambiental;

4.2 Passivo Ambiental;

4.3 Receitas Ambientais;

4.4 Despesas e Custos Ambientais;

4.5 Perdas Ambientais;

4.6 Lucros Ambientais;

4.7 O Plano de Contas.

Procedimental

Habilidades: discernimento para optar diante de alternativas na tomada de decisões nas empresas, preparando o acadêmico a orientar as empresas quanto ao risco de multas ambientais e também quanto ao oferecimento de produtos e serviços altamente sustentáveis.

Atitudinal

Atitudes críticas em relação ao conhecimento; atitudes positivas e respeitosas em relação a si mesmo e ao meio ambiente, aos colegas e ao professor; busca contínua de autodesenvolvimento, viés para a responsabilidade social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental: mensuração, evidenciação e transparência.** São Paulo: Atlas, 2012. xiv, 266 p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth

Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. xvi, 278 p.

RIBEIRO, Máisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 220 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Conselho Federal de Contabilidade (Brasil) . **Contabilidade para pequenas e médias empresas**. Normas

Brasileiras de Contabilidade. 1. ed. Brasília:CFC. 2010. 223 p.

MATTOS, José João Appel; MENDES, Bruno; RIOS, Davi de Oliveira . **Partidas dobradas, eleições 2010**.

contabilidade necessária. Brasília:CFC. 2010. 224 p.: il.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio . **Teoria da contabilidade**. São Paulo:Atlas. 2008.

309p.

RIBEIRO, Osni Moura . **Contabilidade básica fácil**. 27. ed. São Paulo:Saraiva.

2010. xi, 400 p. : il.

SÁ, Antônio Lopes de . **Teoria da contabilidade**. 4.ed. São Paulo:Atlas. 2008.

444p.

Coordenação

_____, ____/____/____

Local e data

Coordenador(a) de curso